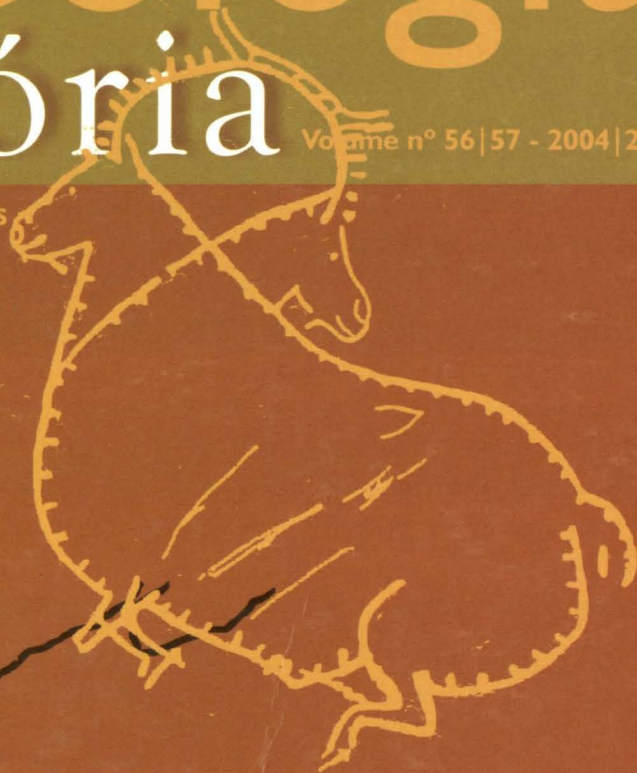


Arqueologia & História

Volume nº 56|57 - 2004|2005

Revista da Associação dos Arqueólogos Portugueses



Vale do Côa 10 ANOS



Do islâmico ao cristão... e à actualidade.

O castelo de Palmela
dado a conhecer por
Isabel Cristina Fernandes

Paulo Almeida
Fernandes

*Aqueles que se dedicam à
Arqueologia Medieval (...) já se
habituarão a olhar para Palmela como uma
estação arqueológica de referência¹*

1. Palmela é, reconhecidamente, um dos locais do Ocidente peninsular onde melhor se documentam as vicissitudes do que se convencionou chamar “Reconquista” e os fenómenos de relação fronteiriça durante o complexo século XII. Nessa centúria, como se sabe, Portugal passou de condado a reino independente e o seu território foi sucessivamente alargado até ao retrocesso imposto pelos almóadas, já nas décadas de 80 e de 90. Neste processo, Palmela desempenhou um papel central, tendo sido conquistada cinco vezes em escasso meio século, alternadamente por forças cristãs e islâmicas, até à sua definitiva inclusão na esfera portuguesa, consumada em 1194.

¹ Mário Jorge BARROCA, “Prefácio”, Isabel Cristina FERNANDES, *O Castelo de Palmela: do islâmico ao cristão*, Lisboa, Colibri / Câmara Municipal de Palmela, 2004, p.8.

Não restam, por isso, grandes dúvidas acerca da relevância estratégica do local no contexto de disputa civilizacional então vivido. Um estatuto reforçado em 1186, quando o seu castelo passou para a posse da Ordem de Santiago, que aqui estabeleceu sede em dois distintos momentos da sua história. Mas que marcas deixou a passagem de testemunho entre estas forças? Que vestígios inequívocos e que fases de ocupação se podem, efectivamente, individualizar no emaranhado de construções que constituem, hoje, o castelo de Palmela? Que sabemos, afinal, acerca desta fortaleza neste tão conturbado período? E que sabemos dele antes e depois da grande transformação ocorrida no século XII?

Estas são algumas das questões que o livro de Isabel Cristina Fernandes vem, em grande parte, responder. Mas estas são também as perguntas mais imediatas, aquelas que, inevitavelmente, secundarizam tantas outras. É por isso que esta obra não se limita a tentar responder; vem também questionar e motivar muitas mais perguntas, num sentido crescente de aprofundamento de estudo e de exigência científica. Pois é bem sabido que quanto mais se sabe acerca de alguma coisa, mais se quer saber...

Em boa verdade, há alguns anos que este estudo vinha sendo preparado e selectivamente dado a conhecer pela autora, em numerosas intervenções parcelares em congressos, colóquios e revistas especializadas. A novidade, neste momento, é a sistematização de grande parte desse projecto de longo prazo num volume monográfico, rigoroso e exaustivo. Uma obra que ultrapassa, em muito, as abordagens estritamente arqueológicas para se situar num plano decididamente mais ambicioso: beneficiando de informações de natureza histórica, histórico-artística, documental, laboratorial, etc., o resultado foi uma publicação exemplar a todos os níveis, na busca daquele “estudo integrado e dialogante” (p. 18), propositadamente problematizante – e, em algumas matérias, deliberadamente inconclusivo – para que cada vez mais devam caminhar os contributos monográficos.

Composto por 452 páginas, o volume é, em grande parte, o produto da dissertação de mestrado que a autora apresentou à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa em 2001 e organiza-se em quatro partes diferenciadas quanto ao objecto de estudo e à

profundidade de abordagem, mas cujo ponto de partida e de chegada é, invariavelmente, o castelo de Palmela. A esta estrutura junta-se um apêndice documental e outros anexos de natureza distinta (desde plantas antigas da fortaleza até análises laboratoriais de peças resgatadas arqueologicamente), bem como um índice onomástico, geográfico e toponímico, a indispensável bibliografia (neste caso bastante exaustiva) e nada menos que 418 figuras que ilustram, de forma metódica e com evidentes vantagens para o leitor, as conclusões da autora e os próprios passos da pesquisa.

Compreensivelmente, a primeira parte é dedicada à “contextualização” do objecto de estudo e foca especialmente a Península de Setúbal durante o domínio islâmico (contexto geográfico-temporal que Isabel Fernandes conhece como poucos, como se demonstra pelas coerentes alusões comparadas à história e à arqueologia de fortalezas vizinhas). De forma mais atenta entre os séculos X e XII, mas sem perder de vista o complexo peninsular mais vasto em que este território se insere, a autora demonstra o estatuto central do castelo de Palmela naquele contexto, ao mesmo tempo que transmite uma leitura espacial da ocupação islâmica do vasto território ligado aos estuários do Tejo e do Sado, enquadrando, desta forma, o que constitui a segunda parte da obra: o estudo monográfico da fortaleza. Este inicia-se com a apresentação dos resultados proporcionados pelas intervenções arqueológicas e pela abordagem artística de algumas peças exumadas, e continua nos dois capítulos seguintes: “O castelo: setecentos anos de vida” e “Da modernidade aos dias de hoje”.

A intervenção arqueológica propriamente dita beneficiou de condições privilegiadas de planeamento e de execução, já que foram garantidas as necessárias etapas de estudo prévio em relação às obras de arquitectura, ao abrigo do Programa de Recuperação e de Animação do Castelo (PRAC). Intervencionando sectores sensíveis da fortaleza, em particular a sua vertente nascente, os trabalhos foram realizados em três fases distintas: as galerias setentrionais, a igreja de Santa Maria do Castelo e o interior da Torre de Menagem mereceram a atenção no primeiro momento (1992-1997); seguiu-se o corpo central da alcáçova e o piso térreo da torre dos telegrafistas (1998) e, mais recentemente, a ala Norte da alcáçova e a sacristia da igreja de Santa Maria do Castelo (1999).

É precisamente sobre todos estes espaços que se debruça a leitura arqueológica, apoiada num riquíssimo *corpus* informativo, de que fazem parte a descrição dos trabalhos, a relação de unidades estratigráficas identificadas, a interpretação cronológico-ocupacional, numerosas plantas, fotografias, cortes e outros documentos gráficos que tornam perfeitamente compreensíveis as conclusões da autora e que constituem a parcela mais densa deste volume, mas também a mais rica em informação (pp.71-145).

Segue-se a análise do espólio artístico, com pleno destaque para as séries cerâmicas. Em Palmela, “foi possível determinar, para cada fase de ocupação, grupos formais e predominâncias decorativas” (p.103), facto importantíssimo para o estudo e compreensão da evolução do promontório onde se implanta o castelo, mas também para uma mais correcta interpretação de outros arqueo-sítios, que passam a ter, a partir deste estudo, mais um ponto de referência comparativa. Particularmente importantes, nesta perspectiva, são as séries relativas aos séculos XII a XIV (pp.167-175), realidade menos estudada no nosso país e que conta, aqui, com a publicação “pela primeira vez de uma selecção significativa de peças, que já nos permite uma caracterização global das produções locais desse período” (p.146). Também o fragmento de taça islâmica com decoração antropomórfica, datável dos sécs. X-XI², aparece aqui inserido no seu contexto civilizacional, associado a abundante cerâmica comum e aos níveis contemporâneos de ocupação califal. De entre o restante espólio, destacam-se algumas moedas dos primeiros reinados da monarquia portuguesa - que contrasta com a inexistência de “qualquer registo numismático islâmico” de proveniência arqueológica (p.196) - e as peças em osso de cronologia islâmica, em particular os cossoiros (p.212).

2.

A Parte III corresponde a uma interpretação da autora sobre os trabalhos de arqueologia realizados, mas em constante e imprescindível interligação com os dados documentais conhecidos e outras aproximações historiográficas ao tema. Sintomaticamente, a análise a este problema é antecidida por um balanço das referências escritas muçulmanas e cristãs medievais ao castelo e tem continuidade na Parte IV, em que a autora traça um panorama completamente inovador da marcha das

obras no castelo durante a época moderna e termina com o rico processo de restauro executado nas décadas de 30 a 60 do século XX. Sem pretender fazer uma análise exaustiva aos múltiplos méritos desta longa parte do livro, enumero, de seguida, algumas das conclusões que me parecem mais importantes acerca do período medieval:

1 – O até há pouco insuspeitado passado romano, ou tardo-romano. Esta realidade é verificável nas galerias e está atestada pela presença de *Sigillata Clara D*, um fragmento de ânfora e uma moeda do século IV (p.147). Estes elementos sugerem a existência de uma ocupação romana do local, ainda de contornos pouco definidos, mas que se poderá relacionar com a instalação temporária de uma guarnição ou, mesmo, de um primitivo sistema defensivo (p.238).

2 – Continuidade ocupacional pela época de domínio visigótico. Durante os trabalhos arqueológicos, apareceram três pequenos capitéis, decorados com singelos motivos vegetalistas, cuja catalogação poderá apontar para uma realidade pré-islâmica, embora sejam conhecidos outros exemplos de cronologia omíada (pp.219-221) e moçárabe. A reforçar esta hipótese está o aparecimento esporádico de cerâmica de cariz autóctone e considerada de transição.

3 – Intensa ocupação islâmica do local, remontando os primeiros vestígios ao período emiral (sécs. VIII/IX) (p.104). Entre os elementos mais significativos contam-se silos com material cerâmico dos sécs. VIII/IX (p.111, UE 8c) e mais espólio em outros locais intervenionados, com destaque para “os pequenos pucarinhos de duas asas” (p.152), com decoração característica do Emirato. A escavação mais alargada no pátio da alcáçova e nas galerias permitiu, mesmo, uma primeira interpretação da sucessão ocupacional deste espaço desde o Emirato até ao século XIV (pp.256-265).

4 – Evolução do castelo islâmico, alicerçada numa grande quantidade de material cerâmico e de estruturas, isoladas em unidades estratigráficas muito coerentes (a cuja listagem falta, no entanto, os respectivos diagramas com os momentos ocupacionais). A análise dos aparelhos construtivos revelou-se fundamental para

² Esta peça foi já alvo de estudo anterior: Isabel Cristina FERNANDES, “Uma taça islâmica com decoração antropomórfica proveniente do Castelo de Palmela”, *Arqueologia Medieval*, nº6, Porto, Afrontamento / Campo Arqueológico de Mértola, 1999, pp.79-99.

esta diferenciação, separando-se claramente as estruturas emirais e califais (compostas por grandes blocos bem aparelhados e “dispostos em fiadas regulares”) das cronologicamente situadas entre os séculos X e XII (de muito maior variedade, mas menor qualidade) (p.216). Ainda que de forma preliminar (pela reduzida área intervenionada arqueologicamente), a autora logrou distinguir entre a fortificação emiral (sécs. VIII e IX), de planta rectangular e dotada de 5 ou 6 torres (p.239), e uma primeira expansão para poente, verificada presumivelmente no século X (p.243).

5 – Instalação de um primitivo convento da Ordem de Santiago, ainda no século XII. Para este reconhecimento, muito contribuiu a identificação da necrópole cristã na Alcáçova, cuja cronologia rondará os inícios do século XIII. Foi numa destas sepulturas (a nº2) que se identificou a insígnia da Ordem de Santiago (p.119), elemento que “marcou decisivamente o rumo interpretativo da ocupação do castelo no período da *reconquista*” (p.209). Alvo de estudo anterior³, a sua inserção no contexto cultural cristão imediatamente pós-1186 fez com que se equacionasse a instalação de um convento santiaguista, de cujo templo poderá proceder um fragmento de cruz antefixa resgatado na vertente Norte da alcáçova (pp.262-265). Com base nestes e noutros elementos (muitos deles documentais e alvo de leitura crítica original), a autora retoma a tese de Rui de Azevedo quanto a uma primeira sede em Palmela dos freires de Santiago, agora com dados mais seguros para uma mais fundamentada argumentação.

3.

Como se disse, todavia, são igualmente abundantes as perguntas que ficam por responder ou, colocado de outra forma, os múltiplos assuntos que não puderam aqui ser convenientemente tratados. Nesse sentido, *O Castelo de Palmela...* deixa inúmeras sugestões de trabalhos em curso ou a desenvolver no futuro, alguns no próprio espaço do castelo, mas a maioria no amplo território circundante:

1 - O aprofundamento de conhecimento dos estratos almóada e da primeira reconquista afigura-se como um ponto de investigação imediata no recinto do

castelo. Apenas no que se refere à Alcáçova, “é dificilmente identificável a ocupação cristã pré-almóada”, assim como se conhece pouco da própria presença almóada (p.261), dúvidas que se alargam na exacta proporção da grande área que o castelo ocupa. Este trabalho tem vindo a ser conduzido em anos mais recentes, tendo-se já alargado consideravelmente a área de intervenção e aguardando-se, para breve, a publicação dos primeiros resultados na vertente ocidental da acrópole.

2 – A escavação do corpo da igreja de Santa Maria do Castelo é outro assunto a merecer contributos futuros. As limitadas sondagens aqui efectuadas não foram além de um nível coincidente com a transição para o século XVI (p.131) e o aparecimento de possíveis vestígios de colunas das naves e do que aparenta ser o bocal de um poço, são motivos suficientes para que se proceda, no futuro, a intervenções nesta área. A necessidade de se saber mais acerca deste local entronca com a própria relevância do templo no contexto da arquitectura religiosa pós-reconquista na região e no debate presente sobre o Românico meridional e sua transição para o Gótico na Estremadura, bem como com a ideia tradicional de aqui se situar a mesquita. Uma intervenção mais alargada afigura-se também importante para comprovar ou negar a existência da medina, sugerida pelos vestígios estruturais identificados na sacristia da igreja (p.266).

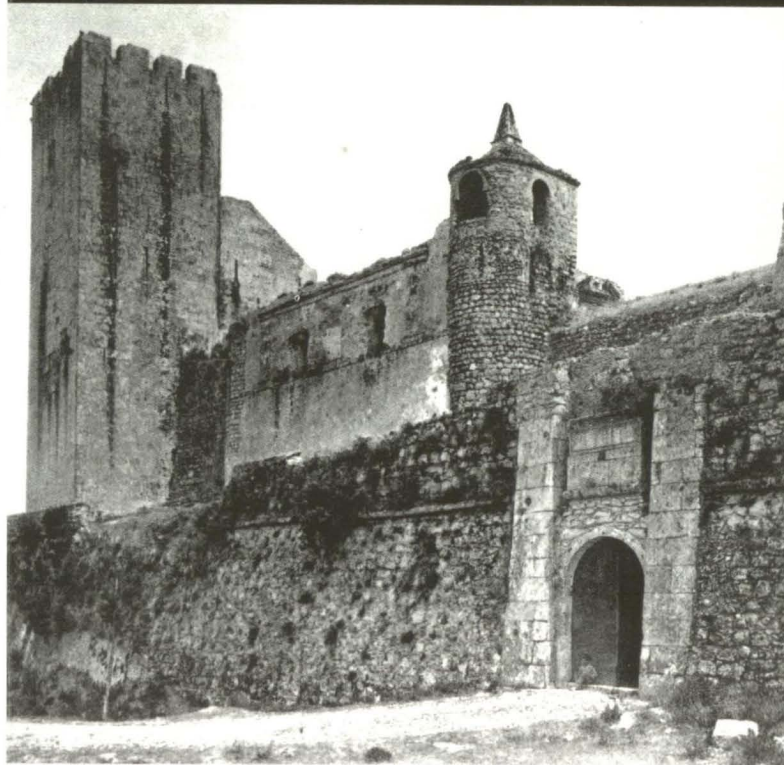
3 – “Muçulmanos e cristãos na Península de Setúbal”. Com este título, Isabel Cristina Fernandes desenvolve um projecto mais ambicioso, que tem o castelo de Palmela como centro nevrálgico, mas que se alarga às áreas rurais, ribeirinhas e montanhosas do território entre-Tejo-e-Sado, cujos resultados são aqui parcialmente apresentados, nomeadamente nos capítulos “As bacias do Tejo e do Sado nos períodos islâmico e da *reconquista* (pp.40-67) e “O castelo e a envolvência rural: poderes, guerra e território” (pp.271-286). Não é difícil pensar-se num termo rural pontilhado de quintas, alcarias e demais formas de ocupação e de rentabilização dos férteis terrenos e das zonas propícias à actividade agro-pastoril, bem como de pequenas comunidades piscatórias. A investigação iniciou-se pelo vizinho Vale dos Barris, ao longo da ribeira de Córdova e das cumeadas das serras de São Luís e dos Gaiteiros, e centrou-se particularmente no sítio do Alto da Queimada, onde se instalou um povoado de

³ Isabel Cristina FERNANDES e Luís Pequito ANTUNES, “Contributos para o estudo da iconografia santiaguista: uma medalha proveniente de contexto arqueológico do Castelo de Palmela”, *Actas do III Encontro sobre Ordens Militares*, coord. Isabel Cristina Fernandes, Palmela, Câmara Municipal de Palmela, 1999, vol. II, pp.373-384.

altura de contornos autóctones e aparentemente abandonado durante as primeiras taifas (p.280).

O trabalho que se impõe, a partir daqui, abarca as áreas de influência dos castelos de Sesimbra, Coina e Almada, quer na indispensável vertente arqueológica, quer na necessária abordagem cultural. Sabe-se já que a organização deste amplo território era muito mais complexa, tendo a investigação revelado castelos de importância diferenciada (ao abrigo da natureza militarista que o regime fiscal islâmico impunha às populações), ocupações de altura na Arrábida, estruturas eremíticas nas falésias ventosas da Serra. Mas o que se passava nas zonas mais baixas de Coina e de Almada? Qual a importância da secção oriental da foz do Tejo e das zonas alagadiças do que virá a ser o concelho português de Ripa de Tejo? Quais as fórmulas culturais presentes durante a época islâmica, as minorias sociais, os caminhos de alteridade e de contacto civilizacional? Estas são algumas das perguntas (necessariamente conceptuais) que esperamos ver ser respondidas por Isabel Cristina Fernandes em futuros contributos. Quem sabe num volume intitulado *Para além do Castelo de Palmela. Do islâmico ao cristão*, resultante de um tantas vezes incentivado projecto de Doutoramento...

O Castelo de Palmela do islâmico ao cristão



Isabel Cristina Ferreira Fernandes



Edições Colibri



Câmara Municipal de Palmela



Associação dos Arqueólogos Portugueses

